Entre portos, comércio, e trocas culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835 *

Magda Maria de Oliveira Ricci
UFPA

Em 7 de janeiro de 1835, quando os cabanos tomaram as ruas e a cidade de Belém do Grão-Pará, havia uma palavra de ordem repetida pelos revolucionários: "morte aos portugueses e aos maçons".[1] A maçonaria merece um estudo à parte, mas este que agora elaboro procura compreender por que os homens cabanos que tomaram a capital da Amazônia portuguesa tinham tanto ódio aos seus colonizadores. Saindo do senso comum, este estudo delineia algumas das raízes de uniam e que separavam brasileiros e portugueses, enveredando pelos meandros do comércio e da política luso-brasileira entre os anos de 1808 e 1835.

O vasto território do Grão-Pará se desenvolveu, em grande medida, em separado da colônia do Brasil. Boa parte de seus negócios, bem como toda sua vida religiosa, agregava-se diretamente a Portugal. De uma forma geral o antigo Grão-Pará, sempre próximo ao Maranhão, envolvia toda a atual região Norte do Brasil com exceção do estado do Acre, chegando, em alguns momen-

---

* Este estudo faz parte de uma pesquisa que desenvolvo na UFPA com o apoio do CNPq, cujo projeto denomina-se: "O Império sem rei: a Amazônia, a Cabanagem e as fronteiras do Brasil setentrional".

1 A historiografia sobre o movimento cabano é vasta. Para uma análise, ver: Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001; e Ricci, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*. 2001, v. 4, T. I, p. 241-74.

tos, a abranger partes dos atuais estados do Piauí, Ceará, Mato Grosso, Tocantins e Goiás. Em 1862, por exemplo, o dr. Antonio Henriques Leal, erudito maranhense, recordava que "a adesão mais tardia" do Maranhão e do Pará "à causa da Independência" brasileira derivava de "circunstâncias peculiares" que foram se somando desde o seu descobrimento. Formando com o Pará, por quase todo o tempo colonial, um Estado "que não dependia do resto do Brasil", mesmo quando a Monarquia veio a estabelecer sua sede no Rio de Janeiro em 1808, sempre esteve "mais em contato com Portugal do que com a Corte". Assim, lembrava Henriques Leal, suas "relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação" – tudo prendia o Maranhão e o Pará "à antiga metrópole".[2]

Ainda no século 18, ou melhor, após o Tratado de Madri, essa parte do Império Ultramarino ganhou importância estratégica nas pendências diplomáticas Ibéricas.[3] O Grão-Pará e sua gigantesca bacia hidrográfica foram, paulatinamente, emancipando-se administrativa e economicamente. Nascia uma elite local bem relacionada com a Europa e com um comércio bastante distinto daquele praticado pela economia colonial canavieira baiana ou pernambucana. A especificidade da região era, justamente, o seu principal trunfo. Ainda em 1829, Antonio Ladislau Monteiro Baena,[4] um militar graduado da artilharia em Belém, recordava que após a carta régia de 28 de janeiro de 1808, que

---

2 LEAL, Antonio Henriques. Introdução. In: VIEIRA DA SILVA, Luis Antonio. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Americana, 1972. (1. ed., 1862). p. 23.

3 Sobre a questão dos limites e fronteiras da Amazônia, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. 2. ed. Belém: Secult, 1993 [1948]. 2v.

4 Antonio Ladislau Monteiro Baena (1781-1850) chegou ao Grão-Pará em 1803, acompanhando o capitão-general Conde dos Arcos, no posto de segundo tenente de artilharia. Militar dedicado, Baena também se destacou como pesquisador e escritor. Participante ativo dos movimentos sociais da primeira metade do século 19 no Pará, envolveu-se na tomada militar a Caiena, e depois, ambiguamente, no processo de Independência. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo publicar na revista dessa instituição e em outras casas publicadoras inúmeros textos e livros estatísticos, corográficos e biográficos. Para maiores detalhes sobre sua vida, ver: BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 235. v. 1. Para uma análise de sua obra ver: BARROS, Michelle Rose de. *Germes da grandeza*: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do

estabeleceu "comunicação mercantil" entre os "portugueses americanos e as outras nações", começaram a "vir os ingleses e mercadejar, e a estabelecer-se no Pará".[5] Todo esse comércio, todavia, sofreu um sério abalo nos tumultuados anos de 1807 e 1808, momento em que Napoleão tomava Portugal e o príncipe regente D. João VI vinha para a América e se estabelecia no Rio de Janeiro.

Em 28 de novembro de 1807, o capitão Francisco Pedro Ardasse, um negociante português da praça de Belém, sofreu um sério abalo ao ler uma carta recebida de um patrício residente no Maranhão. Nessa missiva, o sr. Caetano José, além das rotineiras prestações de contas, expunha também as "infaustas notícias recebidas das cidades do Porto e Lisboa". Entre as contas do cacau – enviado do Pará para o Maranhão e dali para Portugal, e das carnes e sal que chegavam, via Maranhão, ao Pará – tornou-se notório que em Lisboa os embates diplomáticos chegavam a um grande impasse. De um lado, os franceses cobravam o fechamento dos portos portugueses aos ingleses, com o seqüestro dos bens e expulsão das terras lusitanas. Solicitavam ainda dez milhões de réis para despesas de seu exército e a assistência portuguesa às tropas francesas que viessem aportar nas terras lusas. De outro lado, os portugueses não aceitavam o seqüestro de bens, nem a extradição dos súditos britânicos, mas, ao invés de se mobilizarem para a luta, começavam a arrumar as malas para uma fuga em massa.[6] Pelo que se podia apurar das notícias trazidas pelos tripulantes dos navios portugueses *Sociedade Feliz, São José, Indiano* e *V. Delfina*, em 25 e 26 de setembro de 1807 o negociante soube ainda mais: "que em Lisboa se tinham aumentado as tropas de terra e mar" e que ficava a nau "Príncipe Real pronta para transportar ao Rio de Janeiro o Príncipe da Beira D. Pedro de Alcântara junto com uma irmã". Denunciava ainda que – escoltando essa embarcação Real – circundavam várias naus e fragatas "para o que já ficava pronto e encaixotado o respectivo trem e já embarcado grande número de

---

Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, UFPA. Belém, 2006.

5 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1969. (1. ed., 1829). p. 273.

6 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). *Documentação Notarial* [DN]. Juízo Ordinário da Capital. Primeiro Ofício. Autos de Devassa que dirigiram os negociantes desta praça ao Ilmo. Senhor General Ouvidor Doutor Joaquim Clemente da Silva Pombo em 31 de dezembro de 1807, p. 4.

pessoas de artilharia". A mensagem finalmente destacava que muita munição havia sido expedida para o Brasil: "para o Rio de Janeiro 5.000 barris de pólvora, para a Bahia 4.000, e para Pernambuco 3.000 barris...".[7]

Diante de advertências tão funestas, os treze maiores comerciantes da praça de Belém não queriam remeter mais nenhuma mercadoria para Portugal, temendo graves prejuízos. Entretanto, o capitão João de Araújo Rozo, consignatário do navio *Modesta* – que havia sido contratado para o transporte dos produtos do Pará para Portugal nessa ocasião –, recusava-se a empatar tempo e capitais com suspeitas não confirmadas. O dito capitão alegava ainda que representava interesses maiores do que os dos treze homens em questão, ligando-se aos interesses de mais de cento e cinqüenta negociantes. Começava em Belém do Pará toda uma mobilização que acabou nas portas da justiça e mais precisamente do ouvidor dr. Joaquim Clemente da Silva Pombo. Depois de meses de processo e devassa, o navio acabou permanecendo em Belém, pois os boatos foram se confirmando. D. João VI aportava no Rio de Janeiro e as velhas cidades portuguesas de Lisboa e do Porto caíam por terra em mãos inimigas. Neste caso o prejuízo não era apenas econômico. Um parente português lembrava a seu compatriota no Maranhão a tragédia em curso, frisando: "Deus queira seja a nosso favor os ingleses". Comentava ainda que todos tinham saído de Lisboa e do Porto com os seus pertences e fundos para a Inglaterra. E finalizava: "enfim está Lisboa e todo o reino, segundo as últimas notícias que aqui chegaram pelo navio *Sociedade Feliz*, em um estado de consternação como nunca se viu".[8]

Havia diversas ordens de prejuízos: comerciais, familiares e pessoais. Todavia, esses portugueses estabelecidos no norte buscavam – de várias formas – melhorar sua situação. Apenas alguns meses mais tarde, em 10 de junho de 1808, outro negociante, João Carlos Lucina, da Companhia Cônsul de Nação Portuguesa, ditava uma procuração a Manoel Souza Freire para que este buscasse resolver na Inglaterra um grave incidente comercial. Seu navio havia sido retido em diversos portos ingleses com toda uma enorme leva de gêneros, que também eram produto do negócio e indústria de muitas mãos portugue-

---

7 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). *Documentação Notarial* [DN]. Juízo Ordinário da Capital. Primeiro Ofício. Autos de Devassa que dirigiram os negociantes desta praça ao Ilmo. Senhor General Ouvidor Doutor Joaquim Clemente da Silva Pombo em 31 de dezembro de 1807, p. 5.

8 Idem , p. 9.

sas em atividade na Amazônia. Eram mais de 1.160 sacas de arroz, 300 sacas de cacau, seis dúzias de tábuas, 13 tachas de ceras, 11 pontos de marfim, seis barris de óleo de copaíba, 48 pranchões de pau amarelo e roxo, 24 sacas de algodão e 23 paneiros de salsa.[9] Se os compatriotas de Portugal migraram para os portos ingleses, as mercadorias daqueles que viviam no Pará também foram parar lá, mesmo que por percursos tortuosos. Explicitava-se uma rede de trocas entre o Pará e a Inglaterra. À primeira vista, estas histórias parecem revelar alguns traços comerciais e confirmar certas ligações entre a capitania do Grão-Pará, o Maranhão, Portugal e Inglaterra, tornando mais amplas e diferentes nas províncias Amazônicas as relações comerciais durante a crise política e social dos anos de 1808-1820. As histórias revelam também que a situação política e os distúrbios sociais e econômicos instaurados pela invasão napoleônica transtornaram negócios e amizades, mas também deram a eles outros contornos.

A crise política e social dos anos de 1808-1820 deixou os maranhenses e os paraenses que trabalhavam com o comércio internacional mais próximos da Europa. A invasão napoleônica a Portugal levou os paraenses, aliados às tropas vindas de Pernambuco e Ceará, a uma invasão do território francês nas Guianas: foi a chamada "tomada de Caiena". De 1809 até 1817 muitos paraenses se estabeleceram no antigo território francês e muitos franceses migraram para o Pará, estabelecendo-se aí um rico intercâmbio de mercadorias e idéias revolucionárias. O jardim botânico de Caiena foi "transferido" para Belém e as pesquisas com a climatização de diversas espécies como as de alguns tipos de cacau, de café e de diversas outras "drogas" do sertão puderam ser desenvolvidas no Brasil, migrando de Belém para Recife e dali para o Rio de Janeiro.[10] Esses tempos de guerra com os franceses e de alianças com ingleses trans-

---

9 APEP. DN. Livro de notas do tabelião Perdigão – 1807-1808, p.67 frente e verso. Ainda nesse mesmo sentido, existem muitos casos no mesmo teor, registrados em tabelionato. Em 9 de março de 1810 o comerciante João Correia da Cunha efetiva uma procuração a seu irmão Manoel Correia da Cunha, residente em Lisboa, dando poderes a este para agir em seu nome na cidade de Lisboa e em todos os portos da Grã-Bretanha. O mesmo o fez o negociante Joaquim Ribeiro da Silva Pacheco, que desejava contatos no Porto, em Lisboa e em qualquer parte de Portugal.

10 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O jardim botânico de Belém. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-14, set. 1946; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os portugueses e brasileiros na Guiana Francesa. *Cadernos de Cultura do Ministério da Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, p. 3-31, 1946.

formaram os negócios e amizades no antigo Grão-Pará. Trouxeram para a elite local outros contornos, aproximando-a do comércio com a Inglaterra ou mesmo das pesquisas e comércio feitos pelos franceses de Caiena.

Desde sua separação do Maranhão em 1772 a até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em população e em comércio. Arthur Cezar Ferreira Reis, pesquisando os ofícios trocados entre as autoridades do Pará, de Lisboa e de outras capitanias circundantes à Amazônia, relata que entre o final do século 18 e o início do 19 o Pará cresceu significativamente, sobretudo nos anos de funcionamento da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e em suas ligações comerciais e imbricações na política de ocupação da Amazônia e expansão de seus limites e fronteiras. Essa tendência ao crescimento também se confirmava nos relatos do oficial Antonio Ladislau Baena, o qual ressaltava que entre as décadas de 1780 e 1800 o número de navios dedicados à exportação no Pará havia saltado de doze ou treze para 25. Como forma de comprovar esta afirmativa mencionava que em setembro de 1800 o então governador do Pará remetia um ofício ao ministro régio das finanças de Portugal dando ciência de que na "década de seu governo" construíra "quatro fragatas, três charruas, três bergantins, doze chalupas artilheiras e muitas embarcações de baixo bordo para a navegação interna da Capitania". Toda esta frenética indústria naval mantinha "mais de dois mil operários indianos empregados no corte, na condução e no embarque das madeiras e na construção dos ditos vasos da Real Armada". O mesmo governador concluía que, apesar de as despesas terem sempre aumentado, a renda pública havia tido um significativo "incremento"[11]

Em linhas gerais, após 1800 o comércio avultava na principal praça da capitania do Grão-Pará, a cidade de Belém.[12] Estudos mais recentes sobre as exportações portuguesas para o Brasil confirmam que o Pará e o Maranhão

---

11 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1978 [1962]. p. 243. v. 2. t. 3.

12 Estudos mais recentes confirmam antigos relatos, demonstrando que houve uma rápida crise entre 1800 e 1809, passando a se restabelecer para tornar a declinar após os anos finais da década de 1810. Ver: COUTO, Francisco Caldeiro Coutinho de. *Corolário que mostrara o estado atual da real fazenda do Pará*. Lisboa: Tipografia Patriótica, 1822. p. 52; ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região*

juntos exportavam entre 1796 e 1799 cerca de 13,6% dos produtos remetidos para a metrópole vindos do atual território do Brasil. Já entre 1804 a 1807 esta porcentagem aumentava para 19% e, em ambos os casos, estas duas capitanias ocupavam o quarto lugar no *ranking* das capitanias exportadoras.[13]

Da mesma forma, aprimorou-se o contato com Mato Grosso e Goiás pelos rios Madeira e Tocantins, onde foram construídas estações para "socorro e abastecimento das monções".[14] Todo esse comércio, muitas vezes efetivado de maneira não lícita dentro das regras mercantis impostas pela coroa portuguesa, detalhava-se em um enorme mosaico formado pelas junções de várias "economias": desde a familiar, a militar, até a de negócios e gêneros. Nela tornava-se complicado separar os portugueses dos brasileiros e, com as lutas pela independência, vários grupos políticos começaram batalhas contínuas e crescentes por mais poder político e social na região. Estes dados revelam que a crise política da década de 1820 para o antigo Grão-Pará e Maranhão significou uma verdadeira tragédia econômica, que extrapolava em muito os limites dessas duas províncias. Ela podia significar o rompimento de alianças familiares e econômicas que estavam em expansão até meados da década de 1810.

Mais do que um problema econômico, essa crise política chegou em meio a uma enorme insatisfação social dos trabalhadores e moradores mais pobres da atual Amazônia. Para esses trabalhadores livres e pobres um dos maiores problemas sociais era o recrutamento. Com o fim do Diretório Pom-

---

Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada. Belém: UFPA/Naea, 1974.

13 Sobre a expansão comercial no fim do século 18 e início do 19, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão, p.71; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Brasil cria na Amazônia sua área Imperial. A política de consolidação territorial. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram*. 2. ed. Belém: Secult, 1994. p. 55-78. Já no que diz respeito à Companhia de Comércio no Grão-Pará e Maranhão, ver no levantamento de fontes a posição mercantil de incremento comercial e social e sua crítica: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1963. 3 tomos; NUNES, Manuel Dias. *Fomento e mercantilismo*: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Belém: UFPA, 1970; CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1982 [1962]. Sobre a questão dos limites e fronteiras da Amazônia, ver: REIS, 1993 [1948], citado.

14 REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1993 [1948], p. 71.

balino, as antigas vilas e aldeias passaram a se governar. Contudo o governo português criou outros mecanismos de controle dessa população recém-emancipada. Desde a reforma de 1798 nasceram regras rigorosas, fazendo que todo homem livre ou liberto em idade adulta fosse potencialmente um candidato ao recrutamento. Essas regras excetuavam os clérigos regulares e seculares, os filhos únicos e os filhos dos proprietários de terras e escravos. Também havia exceções para indígenas recém-resgatados, que passavam por um período em que não eram remetidos para longe de suas vilas e famílias. No entanto, quando, nas décadas de 1820 e 1830 os distúrbios políticos se ampliaram, o recrutamento foi ganhando proporções gigantescas, várias regras e convenções foram quebradas e a insatisfação da população aumentou muito. Paralelamente ao aumento dos recrutáveis, havia ainda muitas queixas contra as lideranças das tropas. Na década de 1820 o comandante das Armas, Brigadeiro José Moura, havia efetivado uma política de colocar no comando das tropas de linha pessoas adeptas à causa portuguesa. Isto causou muitos descontentamentos.

De fato, desde pelo menos 1808 os trabalhadores no Grão-Pará viveram tempos agitados. Primeiro foi a tomada de Caiena, na Guiana Francesa, movimentação militar marcada por um revide à invasão napoleônica a Portugal. Somente o corpo de Ligeiros, mandado de Belém para Caiena, absorveu mais de 2.540 homens, constituindo-se em nada menos do que 4% da população da Capitania do Pará. Entre oficiais e soldados existiam muitos pardos e negros. O próprio bispo do Pará lembrava que somente de Pernambuco teriam sido remetidos para Caiena, via Belém, cerca de dois mil escravos. Números exagerados ou não, de fato, estudos mais recentes demonstram que a situação na fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa manteve-se tensa e movimentada desde a última década do século 18. Após a Revolução Francesa, notícias sobre a abolição da escravidão faziam aumentar o trânsito de escravos fugidos entre os dois lados da fronteira.[15] Esse ir-e-vir chegava a extremos com a formação de comunidades de desertores da escravidão, caracterizadas por muita estabilidade e com sólidas redes de

15 Para um panorama mais detalhado dessa situação, ver: MARIN, Rosa Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Pará. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: Unamaz; UFPA, 1992. p. 34-59 ; e BÉNOT, Yves. *La Guyane sous la Révolution*. Cayenne: Ibis Rouge Ed., 1997.

comércio.[16] Sobre este assunto, Antonio Baena registrou que a Carta Régia de 6 de junho de 1809, entre outras ordens, mandava "ir de Pernambuco ao Pará" oitocentos homens do regimento de artilharia. Esses homens, de fato, se apresentaram em Belém com um reforço a mais constituído por recrutas cearenses. Baena ressaltou, porém, que no curso de janeiro de 1810 lavraram-se muitas deserções no destacamento pernambucano, mormente nos recrutas cearenses, que se embrenharam em um ávido movimento de fuga. A maioria desses desertores, todavia, não conseguiu chegar ao seu "país natal". Ditava Baena: "uns morreram penetrando com ardor através de lagoas, precipícios, ínvios serros, rudes selvas: e outros foram apreendidos dentro dos confins da Capitania [do Pará] ou um pouco além deles".[17] De qualquer forma, o certo é que pernambucanos e cearenses estiveram no Pará e muitos permaneceram em território amazônico. Ainda em 1821 Luís Caetano de Leirós Andrade e Castro remetia um ofício ao rei D. João VI solicitando-lhe a atribuição de medalhas, em ouro para os oficiais de patente, e em prata para os oficiais inferiores e marinheiros, aos militares que participaram na "ação de conquista da Guiana Francesa".[18] Já se haviam passado quatro anos do final da ocupação portuguesa em Caiena e os militares nem sequer tinham recebido suas medalhas. O grau de insatisfação com essa situação e com a condição de eternos recrutáveis só se ampliou nas décadas de 1810 e 1820.

No mundo luso a política revolucionária se ampliava. Depois da época da aclamação de D. João VI, em 1817, seguiram-se anos agitados, culminando esse processo em 1820, momento da Revolução Liberal do Porto. Em seguida,

---

16 Aqui faço uso do termo "comunidade" de desertores por dois motivos: primeiro porque em muitos destes ajuntamentos existia mais do que escravos fugidos de origem africana. Trabalhos mais recentes dão conta de que soldados e índios muitas vezes faziam parte desse universo na Amazônia. Em segundo plano está o fato de que os termos "quilombos" e "mocambos" são utilizados pelos agentes de sua repressão, não correspondendo necessariamente à forma como seus moradores se percebiam. Para maiores detalhes sobre essa terminologia, ver: FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor – história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; Gomes, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 467-97.

17 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, p. 278, 283.

18 "Requerimento de Luís Caetano de Leirós Andrade e Castro para D. João VI de 6 de setembro de 1821". AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11659.

surgiram turbulências políticas em toda parte da antiga colônia lusa na América, e o estado de espírito do povo do Grão-Pará era de constante movimentação dentro do cenário da independência nacional.[19] Cada autoridade local recebia e interpretava um volume cada vez maior de notícias, boatos e leis em meio a um universo cheio de ouvidos indiscretos e até perigosos.[20]

Em 1821, João Severiano Maciel da Costa, o futuro Marquês de Queluz, publicou em Coimbra um opúsculo intitulado *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*,[21] onde discutia a formação nacional e constitucional *versus* a heterogeneidade do povo no Brasil, ressaltando o problema da escravidão africana. Maciel da Costa era um jurista mineiro formado em Coimbra. Em 1809, o rei D. João VI o nomeou governador em Caiena. Em 1821 tomou o partido do velho rei, voltando para Lisboa. Contudo, foi impedido de fixar moradia em Portugal por ser brasileiro e ter sobre si a acusação de publicar, no Rio de Janeiro, panfletos contrários aos portugueses. Em 1821, ainda tentando conciliar a posição exaltada entre portu-

---

19 A historiografia da Independência é vasta e muito diversificada. Para indicativos mais gerais de sua variação e diversidade ao longo do século 19 até a década de 1970 ver: MOTA, Giselda. Historiografia. Bibliografia. Documentos. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822*: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 337-464; SODRÉ, Nelson Werneck. A elaboração da Independência. In: *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1973. (1. ed., 1945). p. 131-41; SOUSA, Octávio Tarquínio de. Independência, Primeiro Reinado e Regência. In: BERRIEN, William; MORAES, Rubens Borba de (Org.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráf. Ed. Souza, 1949. p. 408-23. Já para uma análise dos estudos mais recentes, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. A historiografia e a questão da Independência. In: *A Astúcia liberal*. Bragança Paulista: Ícone; Edusf, 1999. p. 1-65; e MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira*: novas dimensões. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

20 Existe já uma historiografia atual que vem se dedicando a estudos sobre o período da Independência, ressaltando aspectos que vão desde a idéia de Império e liberalismo, até as alegorias cívicas e festas nacionais. Ver, entre outros: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles, citada; SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.

21 COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de se abolir a introdução de escravos africanos no Brasil. In: *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Ministério da Justiça, 1988 [1821].

gueses e brasileiros dos dois lados do Atlântico, Maciel da Costa lançou sua *Memória*, que muito se pautava em sua experiência recente em Caiena e em sua relação com o Grão-Pará. Para Maciel da Costa o pequeno coeficiente de homens brancos e livres em relação aos escravos de origem africana era o maior problema luso-brasileiro no Grão-Pará. Era urgente a criação de medidas reguladoras do tráfico e da organização do trabalho escravo. Ele advertia que o lado luso-brasileiro estava em situação racial pior do que o da Guiana Francesa, pois desde 1809 a África fora "transplantada para o Brasil". Afirmava que "felizes circunstâncias" afastaram das "raias" brasileiras "a empestada atmosfera que derramou idéias contagiosas de liberdade e quimérica igualdade nas cabeças dos africanos das colônias francesas". Apesar disso, lembrava que ainda agiam no Brasil "filantropos" que ganhavam a vida "vendendo blasfêmias em moral e política", as quais muitas vezes eram "aplaudidas pelo povo ignorante". Além dos inimigos internos, também era para se temer uma "insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas".

As idéias de Maciel da Costa não eram infundadas. Em 1821 as autoridades do Grão-Pará mal acabaram de conter um levante político e miliciano que pretendia alcançar a separação de Portugal e a união com o Brasil e já estavam com um novo problema, constituído pelo retorno a Belém de um incendiário cidadão: Felipe Alberto Patroni Maciel Parente. Esse homem, que passara um ano em Portugal tentando ser nomeado governador do Pará e escrevendo em vários periódicos vintistas, voltava à sua terra natal trazendo de Lisboa e do Porto a imprensa e muitas idéias perigosas.[22] Segundo uma denúncia de José Ribeiro Guimarães, Patroni começou espalhando pelas ruas da cidade uma cir-

22 Fellippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente nasceu no Acará, próximo a Belém. Filho de pais pouco afortunados, foi apadrinhado dentro de sua própria família especialmente por sua inteligência e facilidade de escrita e oratória. Foi para Portugal, onde estudou em Coimbra, começou a escrever cedo e publicou sua obra completa no final da vida. Ambíguo em suas posições políticas, Patroni era obsessivo em algumas máximas iluministas: era incentivador da educação como promotora da felicidade pública e acreditava no direito natural e no princípio universal da liberdade humana. Suas máximas, contudo, não o contiveram e, pelo contrário, o jogaram no mundo instável da política vintista, dentro da qual rapidamente recebeu a alcunha de "dissimulado" ou a de "demente". Patroni defendeu o constitucionalismo português de 1820, mas não o brasileiro de Pedro I, tentou "alertar" D. João VI sobre seus ministros,

cular que tinha como divisa na fronte "duas mãos dadas, uma branca e outra preta". Depois teceu um plano de eleições, publicado no jornal *Indagador Constitucional*. Por ele, cada deputado deveria representar "trinta mil almas, entrando neste número os escravos". Patroni teria acrescentado que esses africanos, mais que ninguém, deviam ter "quem se compadecesse deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhe restituam seus direitos".[23]

Verdadeiras ou não, as denúncias contra Patroni só faziam tornar as agitações sociais mais amplas.[24] Antonio Baena relembrou que em 1821 a Junta Provisória de Governo de Belém apreendeu mais de quinhentos escravos em batidas que efetivou aos "mocambos nos arrebaldes da cidade dos quais rompiam os pretos fugidos a invadir de repente as canoas e desvalijar os via-

---

pleiteando uma nomeação para o governo do Pará, mas exagerou no tom do "alerta" e acabou indisposto com o rei. Voltou ao Pará e conseguiu ser delegado especial nas Cortes portuguesas. Retorna a Portugal, onde não pode tomar assento, pois sua eleição não foi reconhecida lá. No ano de 1821 escreve em muitos periódicos portugueses e funda uma imprensa paraense, mas é mal quisto por criticar simultaneamente os liberais brasileiros pró-Pedro I e os absolutistas reinóis. Por fim, depois da abdicação de Pedro I tentou o parlamento no Brasil, mas foi tomado por louco por ir pelos sertões do Pará até a Corte e por escrever um manual para a educação do príncipe Pedro II fora dos padrões da época. Com essa vida atribulada, Patroni resolveu vender todos os seus bens no Brasil e seguir para Portugal onde, antes de morrer, editou sua obra completa. Para mais detalhes, ver: Maranhão, Haroldo. Fellippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Dissertação sobre o direito de caçoar e carta a Salvador Rodrigues do Couto. São Paulo: Loyola, 1992; ALVES JÚNIOR, José. Semeando vento, colhendo tempestades: o Pará e o processo de adesão à independência. *Anais do Arquivo Público*. v. 4, Tomo 2, 2004, p. 198-228; e COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes*: a imprensa liberal no Pará. Belém: Cejup, 1992.

23 Sobre essas idéias "emancipacionistas" de Patroni, ver: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, citado, p. 328; e SALLES, Vicente. *Memorial da cabanagem*. Belém: Cejup, 1992. p. 19. Sobre a questão da entrada de ideais contrários à escravidão no período da independência, ver também: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Por detrás dos panos: atitudes anti-escravistas e a independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil*: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 373-95.

24 Sobre a circulação das idéias de liberdade entre os escravos africanos, crioulos e indígenas dentro do Império e sua relação com os movimentos da Independência e outros das décadas de 1820 e 1830 ainda faltam estudos mais aprofundados. No entanto, sob diferentes perspectivas, alguns já vêm sendo efetivados e seus resultados revelam a riqueza desse universo. Ver principalmente: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998; REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da

jantes".[25] Em um mundo que pleiteava a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, criaram-se novas barreiras ao tráfego e controle aos escravos, soldados e indígenas. Fugas, anti-escravismo e instabilidade política: uma perigosa trilogia. Como se isto não fosse suficiente, também havia a política de manter sempre "estrangeiros" como autoridades máximas nas províncias. Essa política, estabelecida desde os primórdios coloniais e sustentada pela tradição de culto e devoção aos representantes do rei, somente se acentuou nos anos iniciais do Império, fazendo existir um eterno trânsito de autoridades e surgir atritos de todos os lados.[26] No crescente bairrismo instalado no pós-1820 muitos dos antigos governantes – antes vistos como emissários do rei e sustentadores milicianos da religião e moral no local – acabaram tornando-se legitimadores de uma ordem absolutista e lusitana (entendida como anti-paraense) para uma parte dos moradores do Grão-Pará. Esse foi o caso do brigadeiro José Maria de Moura, o último comandante de Armas sob o domínio luso no Grão-Pará.

Para o brigadeiro Moura, "a reorganização do espaço colonial português no Brasil" se formaria a partir do Grão-Pará e do Maranhão, com a in-

---

Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo (Org.). *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Vale lembrar que desde a década de 1960, vários estudos abordam nos Estados Unidos a relação entre o problema da escravidão e a questão do progresso humano e dos direitos naturais, sustentáculos dos processos de Independência em diversas partes da América. Também não são incomuns estudos sobre a relação entre escravidão-liberdade e lutas político-sociais pela Independência, que intentem agrupar fatores os mais diversificados como o papel dos missionários, dos senhores e dos escravos nesse universo. Para o primeiro caso ver, especialmente: DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in western culture.* 2. ed. New York: Oxford University Press, 1988; e DAVIS, David Brion. *Slavery and human progress.* 2. ed. New York: Oxford University Press, 1986. Já para o segundo, ver: COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue.* A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

25 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, p.329.

26 Para se ter uma idéia do "troca-troca" das autoridades no início do século 19, basta computar os seguintes dados: desde a tomada de Caiena, em 1809, até a época da eclosão cabana em 1835, o Grão-Pará teve 15 administrações, compostas por 21 governadores, o que nos leva à cifra de um pouco mais de um ano de exercício do cargo para cada governador. Se considerarmos que entre 1806 e 1810 (quatro anos) e de 1817 a 1820 (três anos) o Grão-Pará não trocou de governante, a média de tempo de governo após 1820 cai para menos de um ano por governador. Para a

corporação comercial da rota de Cuiabá. Propunha ao governo de Lisboa a defesa da província do Rio Negro contra a "invasão dos insurgentes peruanos", pois visualizava a possibilidade de um intenso comércio com o Peru, através do Pará, viabilizado pela implantação da navegação a vapor na região. Os historiadores Geraldo Mártires Coelho e José Alves Júnior argumentam que o governo metropolitano não se dispôs a encampar o projeto absolutista de Moura. Isso ficava demonstrado porque esse governo não tomou nenhuma iniciativa para satisfazer as solicitações feitas por ele, que desejava mais tropas portuguesas para a Província.[27] O certo é que no Grão-Pará homens como Moura foram objeto de ódio crescente. Foi ele que em março de 1823 empastelou o antigo jornal de Patroni, então nas mãos de um outro famoso liberal local, o arcipreste da catedral da Sé de Belém, cônego João Batista Gonçalves Campos. Logo depois do empastelamento, o novo jornal publicava um manifesto assinado pelos coronéis e comandantes dos corpos militares da primeira linha da cidade do Pará. Esse grupo de portugueses denunciava várias manobras e reuniões pró-Pedro I. Lembrava que durante a posse da Câmara de Vereadores se fomentou o "ódio aos Europeus" e que "ramos e fitas verdes" foram usadas em alusão à "bandeira verde do Rio de Janeiro".[28]

O clima era ainda mais tenso porque a adesão do Pará ao Império do Brasil acabou sendo feita muito tardiamente, de forma pouco "patriótica" e com muitos líderes locais presos ou mortos em tentativas emancipatórias frustradas. Em 14 de abril de 1823 várias lideranças locais tentaram proclamar a separação de Portugal em Belém e expulsar os portugueses contrários à permanência de Pedro I no Brasil, contudo esse movimento foi denunciado antes de sua eclosão. Em maio do mesmo ano explodiu nova tentativa na vila de Muaná e novamente os brasileiros pró-Pedro I tentaram a Independência, ten-

---

relação dos governadores, que me possibilitou chegar a esta estatística, ver: BRAGA, Theodoro. *Noções de corografia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919; DI PAOLO, Pasquale. Quadro cronológico II – 1776-1840. In: *Cabanagem*: a revolução popular da Amazônia. Belém: Cejup, 1990. p. 388-91; REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo de Independência no Norte. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822*: Dimensões, p.187-204; e COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes*: a imprensa liberal no Pará. Belém: Cejup, 1992.

27 COELHO, Geraldo Mártires, p. 236-42; e ALVES JR., José. Semeando vento, colhendo tempestades: o Pará e o processo de adesão à independência. *Anais do Arquivo Público*, v. 4, Tomo 2, 2004, p. 198-228.

28 Sobre o tema, ver COELHO, citado, p.340.

do sido derrotados e presos uma segunda vez. Nessa conjuntura o sobrinho do bispo do Pará D. Romualdo Seixas, então membro da Junta Provisória de Governo, apresentou um ofício em que se colocava contra a execução dos revoltosos paraenses. Embora Seixas concordasse que a pena seria "justa", temia que ela fosse "impolítica" na conjuntura do Grão-Pará. Lembrava, contudo, que existia um sentimento geral de "frustração", que se traduzia entre a tropa paraense pela manutenção da "marcha opressiva do recrutamento". Nessas tropas os recrutas não seriam tratados como cidadãos, "mas como escravos". Tal política desintegrava lares e "desamparava famílias", prejudicando a agricultura e a economia. Com esse cenário seria fácil que essa classe de "não proprietários" desse ouvido aos "turbulentos demagogos".[29]

Depois dessas tentativas "patrióticas"[30] e de sua dura repressão, finalmente o Grão-Pará aderiu à causa da independência do Brasil em agosto de 1823. Efetivada tardiamente e pelas mãos astutas de um estrangeiro, o inglês John Pascoe Grenfell, a adesão do Grão-Pará moveu-se por dois delicados golpes: um blefe de Grenfell e uma tensão interna na elite local. O comandante inglês aumentou o tamanho e a força da armada brasileira aos olhos da elite portuguesa residente no Grão-Pará e assim esta acabou cedendo e "aceitando" entregar o governo a novas mãos. Concomitantemente Grenfell organizou uma Junta de Governo, com a presença do clero local e buscando reunir os antigos portugueses com os brasileiros revolucionários locais. Contudo, era grande a tensão entre brasileiros nascidos e os chamados "adotivos". Grenfell formou uma Junta Provisória de governo politicamente muito delicada. Nessa Junta, contudo, a maioria dos votos ainda mantinha-se nas mãos dos portugueses, os mesmos que controlavam o comércio atlântico.

Poucos meses depois da adesão, alguns oficiais das tropas da primeira linha de Belém foram em comitiva até o presidente da Junta exigir a expulsão de todos os oficiais portugueses das tropas do Pará. Esse levante foi sufocado, seus cabeças presos, mas logo foram postos em liberdade em razão do clima político, que favorecia manifestações patrióticas. Em outubro do mesmo ano

---

29 Sobre o parecer, ver transcrição em RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 176-81. v. 1. (1. ed.1865-1891).

30 Aqui entendo por "patrióticos" os adeptos da separação política de Portugal.

explodiu um novo movimento mais forte e popular, o qual ficou conhecido como "o massacre do Brigue Palhaço".

Antes de retornar para Portugal, o brigadeiro José Maria de Moura, o destituído comandante das Armas dos tempos anteriores à adesão, escreveu um opúsculo que intitulou de *Estado Político do Pará*, no qual descrevia minuciosamente o episódio de outubro de 1823.[31] Para ele a origem de tudo estava na extrema insubordinação das tropas, sobretudo nas patentes mais inferiores, que passaram depois da adesão do Pará a hostilizar os europeus do Pará e de Belém. Escrevia Moura que no dia 15, às 9 e 45 da noite, tocou um rebate e as tropas se reuniram no largo do Palácio, em Belém. Uma parte dos levantados tentou arrombar o Trem de Guerra, outra foi ao Palácio do Governo. O principal motivo do levante era a expulsão dos portugueses de Belém e a aclamação do cônego Batista Campos como novo Presidente da Junta Governativa. Batista Campos já era membro da Junta, mas os revolucionários queriam que ele governasse com brasileiros e não mais com uma Junta mista.

O português Moura analisava que a situação de "insubordinação" chegava "ao seu cúmulo". Diversas "deputações" dos diferentes corpos milicianos de Belém subiam ao Palácio do Governo fazendo ali o que Moura denominou de "as mais sediciosas requisições". A situação era tão crítica que, mesmo sendo "sediciosas" essas exigências lhes foram prometidas. No dia seguinte, dezesseis destacamentos saíram pelas ruas da cidade invadindo várias casas. Houve casas de negociantes arrombadas a machado. Descrevia Moura:

> A noite do dia 16 para 17 era destinada ao saque geral, e ao massacre de todos os Europeus. Já [rasurado] parte se executava, já muitas lojas haviam sido roubadas, quando o capitão Bolonha encarregado da polícia tenta impedir o progresso de tão terríveis cenas, e à testa de alguns soldados dirige-se aos facciosos; porém seus soldados o abandonam e ele na impossibilidade de fazer coisa alguma, dá parte ao Governo, este solicita o auxílio do Comandante do Brigue de Guerra John Pascoe Grenfell.

---

31 Esse documento, pelo que sei, ainda não foi publicado. Ele se encontra em anexo a um ofício remetido de Belém para Portugal. Ver: "Carta de J. A. Celestino sobre o parecer que o governador das armas da província do Pará, deu ao conselheiro João Cunha Corte Real". AHU. ACL. CU 013, CX. 161. Doc. 12258.

Grenfell convocou os ingleses que aportaram em Belém e estes, somados aos líderes locais e a uma parte da tropa ainda fiel aos seus comandantes, conseguiram impedir a tomada de pontos estratégicos na cidade, sobretudo o Trem de Guerra. O movimento, todavia, ampliava-se e levantava na cidade muitos soldados negros e os escravos. No calor dos acontecimentos eles gritaram "Viva o Rei do Congo" e "Morram os Europeus". Diante da radicalização do movimento, ou sob esse pretexto, as tropas lideradas por Grenfell abriram fogo e houve muita agitação até que a cidade fosse novamente controlada. A reboque veio a prisão e morte imediata de cinco líderes tidos como patriotas. Eles morreram sem julgamento. Numa época liberal, em que o constitucionalismo irrompia nas ruas e no parlamento nascente, essas prisões pareciam mais uma afronta absolutista. Na ocasião, também foi preso o cabeça do movimento, o arcipreste da catedral da Sé de Belém, o cônego João Batista Gonçalves Campos. Este foi levado para o largo do Palácio do Governo e ali colocado na boca de um canhão em estado de suprema pressão para confessar-se como cabeça da revolução. Na última hora, uma petição pública da própria Junta de Governo do Pará a Grenfell salvou o arcipreste Campos, que foi imediatamente remetido ao Rio de Janeiro para julgamento.

Além dos líderes, muitos outros soldados brasileiros foram conduzidos para a cadeia e, pelo menos 250 deles, assentados nos porões de um brigue brasileiro denominado então de *Diligente* e depois renomeado de *Palhaço*. Nesse brigue, depois de uma nova tentativa de levante, foram assassinados por tiro e por asfixia. Era o "caso do Brigue Palhaço".[32] Parecia uma contradição: fazer a independência e continuar com governo de estrangeiros e ver "patriotas" serem mortos sem julgamento em um Império que lutava pelo fim do absolutismo e pelo constitucionalismo.[33]

---

32 Sobre o assunto João Lúcio da Costa fez lúcida análise. Avalia que o movimento não foi nem triste como queria Raiol e nem uma tragédia como avaliava Palma Muniz. Para este autor tratava-se de um massacre político o qual matou sobretudo negros africanos e seus descendentes, que se chamavam durante esse levante de "Reis do Congo". Ver: COSTA, João Lúcio Manzzini da. *Rei Congo*. Belém: Zeus Impresso; Ed. do Autor, 2004. Ver ainda: CORRÊA, Antônio Eulálio. *A fragata Leopoldina e a missão de Grenfell no Pará*. Belém: Unamaz, 2003.

33 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 26-44.

Ainda em abril de 1824, logo depois da súbita partida de Grenfell do Grão-Pará, outro movimento esquentava o clima revolucionário. Chegava a Belém a escuna *Camarão*, que vinha de Pernambuco, com ordens do presidente revolucionário daquela província, Manuel Carvalho Pais de Andrade. Os líderes dessa escuna chegavam com o propósito de arregimentar pessoas para estabelecer ao Norte do Império a Confederação do Equador. Tratava-se de José Baptista da Silva (vulgo Camecran) e Marcos Antonio Rodrigues Martins (Munduruku Paiquicé), que *indianizaram* seus nomes depois da Independência do Brasil. Ambos tinham sido exilados pelo Império e haviam fugido passando pelos Estados Unidos e dali de volta para o Rio de Janeiro, Recife e Belém. Pelo Grão-Pará espalharam exemplares da Constituição Colombiana, a qual deveria reger a Confederação enquanto outra não fosse promulgada. Estava designado para 1º de maio o dia da proclamação da Confederação do Equador em Belém, mas a trama foi descoberta a tempo pelo arcediago da Sé de Belém e sobrinho do Bispo do Pará D. Romualdo de Seixas. Ele e outros membros da Junta Provisória de Governo conseguiram prender parte dos revolucionários e acalmar provisoriamente a situação. No entanto, somente com a chegada de José de Araújo Rozo, o primeiro Presidente de Província enviado por Pedro I, é que os ânimos melhoraram.[34] Assim escrevia ao Imperador o Bispo do Pará, D. Romualdo Coelho, em 28 de maio de 1824: "pelo menos, Augusto Senhor, já o presidente Rozo, só com a sua chegada, salvou o Pará do último abismo, em que estava prestes a precipitar-se".[35]

Também em Cametá, vila do interior do Pará na região da calha do Tocantins, um levante de "patriotas" voltou a nomear uma nova Junta Provisória para o governo geral da província. Esse movimento também derramou muito sangue de brasileiros e acirrou os ânimos da população negra e mestiça contra os brancos e os portugueses na década de 1820. Da mesma vila veio uma história que bem demonstra os perigosos caminhos da separação de Portugal na Amazônia.

Em setembro de 1823 os vereadores da Câmara local declaram sua adesão à Independência com um ato inusitado. Na mesma ocasião declararam a alforria de um cavalo chamado "Brasileiro" proibindo qualquer um, brasileiro ou

34 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 79-80.

35 Ibidem, v. 1, p. 110.

português, de montá-lo sob a pena de 20 mil réis. Esse cavalo pertencia a um português chamado José Pereira Braga. O português havia escarnecido dos brasileiros "patriotas" de Cametá quando dos revezes da Revolução do Porto. Acreditando que D. Miguel governaria o Grão-Pará, mudou o nome de seu cavalo para "Brasileiro". Braga montava no cavalo e fazia chacota, ironizando a situação política e lembrando que estava construindo uma estrada para o "Brasileiro" (o cavalo e o povo) puxarem "o seu carrinho". Em setembro de 1823, com a adesão à causa brasileira em Cametá, o português foi duramente punido. Foi conduzido ao lugar mais público da vila e ali, "no meio de numeroso concurso de povo, fizeram-no curvar-se e meter os lábios e um dedo abaixo da cauda do célebre cavalo". Depois o fizeram abraçar o animal fraternalmente lembrando-lhe que girava "nas veias do 'Brasileiro' o mesmo sangue português".[36]

Se havia momentos de inversão simbólica com toques de crueldade como o descrito em Cametá, no dia-a-dia os portugueses que aderiram à causa brasileira, ou os "adotivos", continuavam mandando no Grão-Pará. Foram muitos ódios sobrepostos de 1820 até 1835. Ao ódio econômico somava-se o social e o político, em que a independência não significou uma ascensão social para brasileiros natos e muito menos para homens livres pobres e mestiços. Os escravos de origem africana que haviam lutado nas Guianas, ou mesmo os que esperavam uma abolição gradual com a independência, a exemplo do que ocorrera no mundo inglês e francês, ficaram revoltados com o desfecho dos acontecimentos de 1824 e 1825. Como lembrava o comandante português Moura sobre o episódio do Brigue Palhaço, o ódio aos portugueses só aumentava e passava a se transformar no Pará do ódio aos portugueses para o ódio a todos os brancos. Escrevia ele para Lisboa que o que se dizia no Pará era que "o fim da conspiração [de 1824] era horroroso, que se queria matar todos os Europeus de qualquer nação. E Moura continuava ressaltando que muitos desses líderes desejavam roubar "os fundos [destes brancos] evadindo-se os autores para a América Inglesa".

O interessante é que anos mais tarde as autoridades inglesas no Grão-Pará identificavam o mesmo ódio ampliado. Em junho de 1835 escreviam dezoito comerciantes ingleses instalados no Pará para o seu vice-cônsul suplicando-lhe ajuda e frota naval. Eles temiam os cabanos que voltavam a tentar conquistar a

36 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 55.

cidade de Belém. Nesse cenário lembravam que a intenção da chamada "ralé" era a "de eliminar todos os obstáculos para poder saquear e matar os habitantes brancos", e que todos os estrangeiros eram "considerados inimigos e a ralé armada declara publicamente que, no caso de invasão, eles entrarão em todas as casas de estrangeiros e matarão todos que nelas tiverem se refugiado". Dias depois Belém foi retomada pelos cabanos e os ingleses receberam um ofício desesperador do comandante das tropas anti-cabanas. O brigadeiro Jorge Rodrigues dizia que as "repetidas denúncias que o governo" teria sobre os "planos tenebrosos" dos cabanos tornavam todos vigilantes. Recordava que nos últimos dias de julho de 1835 muitos indícios levavam todos a acreditar em um fim "sinistro", pois os cabanos "projetaram aniquilar todos os elementos da associação paraense, mui principalmente os brancos em geral", mais do que isto, pretendiam ainda "envolver nos movimentos anárquicos todos os pretos, com o especioso pretexto de que finda a luta serão livres". O comandante Jorge Rodrigues enfatizava que "já em alguns pontos tem obrigado a uns [escravos]; e seduzido a outros para semelhante fim". Ressaltava que em Belém "premeditam, brevemente levar a morte, e o roubo até a mais pequena choupana".

De 1820 até 1835 o ódio aos portugueses se estendeu muito mais. O que nos é relevante ressaltar neste texto, contudo, é que os brasileiros natos, suas lutas políticas e sua situação de inferioridade nas tropas e na economia colonial foram o ponto central para a disseminação desse ódio entre portugueses e brasileiros. Foi com os homens livres pobres e escravos, com os exemplos emancipatórios e revolucionários vindos das fronteiras inglesa e francesa, que esse ódio prosperou e ganhou força. Portugueses e brasileiros que haviam construído uma economia e sociedade entremeando negócios com casamentos se viram envolvidos em uma grande trama política e social entre 1820 e 1835. Não cabia somente aos monarcas e homens de Estado decidir qual era sua terra e sua pátria. Coube a muitos outros homens e mulheres tomar essa difícil decisão. O ódio recíproco tinha desta forma um reverso: os antigos laços luso-brasileiros, o antigo Reino Unido, os casamentos e as famílias e negócios que se faziam havia muito tempo. O ódio entre brasileiros e portugueses ainda era refreado pelo medo que ambos tinham de uma revolução mais ampla da massa de homens livres pobres e escravos. Se isso não ocorreu em 1820 ou 1821, explodiu em 1835 no Grão-Pará. Todavia esta é uma outra história.